

**IV Jornada de Didática
III Seminário de Pesquisa do CEMAD**

31 de janeiro, 01 e 02 de fevereiro de 2017



ISBN:978-85-7846-384-7

**MOVIMENTO ESTUDANTIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E A
ATUAÇÃO POLÍTICA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA**

Fernanda de Souza Martins¹
Eliane Cleide da Silva Czernisz²

Resumo

O objetivo do presente estudo é compreender a atuação do movimento estudantil a partir do ano de 2015, período de movimento grevista, na Universidade Estadual de Londrina. Para tanto, serão realizados estudos teóricos sobre o movimento estudantil tendo como referência para a pesquisa o levantamento bibliográfico de fontes que discutem o tema. Também serão analisados documentos do período de greve como boletins, jornais e documentários.

Palavras-chave: Movimento Estudantil; Universidade Estadual de Londrina, Participação.

1. Introdução

Ao longo da história brasileira, percebe-se que os estudantes se organizaram em defesa de seus ideais, reivindicando, junto à sociedade, resultados diante dos acontecimentos identificados no decorrer de cada momento histórico. Constata-se que os estudantes foram personagens principais nas mudanças que ocorreram no país, como, por exemplo, em sua participação pelo fim da Ditadura Militar ou na participação no movimento Caras Pintadas na década de 90, bem como nos protestos ocorridos em 2014.

¹ Graduada em Pedagogia, Pós graduanda do Curso de Especialização em Docência na Educação Superior – Universidade Estadual de Londrina – Paraná. Email: fernandadesouzaue@gmail.com

² Docente do Departamento de Educação. Mestre e Doutora em Educação. Email: eczernisz@uel.br

Esta pesquisa tem como finalidade compreender a atuação do movimento estudantil dentro da Universidade Estadual de Londrina no ano de 2015. Para tanto faremos uma retrospectiva do movimento estudantil no período da ditadura militar que ocorreu nos anos de 1964 a 1985 com o objetivo de historiar e compreender como o movimento estudantil contribui para o desenvolvimento das políticas e ações da universidade.

Destacamos que a atividade desenvolvida pelo movimento estudantil é de suma importância para o direcionamento político e da educação no país, como também para a universidade, pois sua participação promove um amadurecimento político em seus estudantes que se reflete na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A pesquisadora da presente pesquisa, no decorrer da sua trajetória acadêmica, conheceu o movimento estudantil e percebeu a sua importância para formação política de seus estudantes como também para as políticas discutidas dentro da universidade. Com base em sua experiência em um estudo anterior sobre o tema, que é a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Martins (2015), acredita-se que esta pesquisa tem como intuito compreender a importância do movimento estudantil dentro instituição universitária em dois períodos relevantes de lutas e mudanças para seus estudantes, bem como para a própria universidade.

De acordo com o exposto, postula-se que esta pesquisa contribuirá para que estudantes e professores conheçam e aprofundem seus conhecimentos sobre a importância do movimento estudantil dentro da universidade e a relevância dos estudantes participarem dela. Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa busca ampliar as discussões sobre o tema, pois há poucos estudos relacionados ao mesmo. É destacado também o valor social dessa pesquisa, o levantamento da situação vivida pela universidade a partir daqueles que a vivenciam no cotidiano. Das manifestações tornam-se conhecidas as políticas implementadas ou não para acesso, permanência e conclusão da vida acadêmica dos alunos. Nesse sentido o movimento estudantil contribui também para avaliação da educação superior e contribui para o avanço de sua melhoria se os gestores estiverem dispostos à discussão dos problemas vividos.

Metodologia

Tendo em vista a relevância e a importância da discussão sobre o tema na atualidade, buscaremos nesta pesquisa identificar e compreender as conquistas e demandas do movimento estudantil no Ensino Superior e analisar também a participação discente durante a greve de 2015 e como se deu as políticas e ações do Estado neste período.

Para alcançar os objetivos expostos, a pesquisa será de abordagem qualitativa onde serão feitos estudos teóricos sobre a temática tendo como fonte de pesquisa, levantamento bibliográfico a partir de Araujo (2007); Pelegrini (1997); Caobianco (2007) e pesquisa documental analisando o estatuto da UEL, jornais, sites e revistas que abordam o assunto.

Referencial

O movimento estudantil esteve presente em alguns momentos da construção da história do Brasil e também na organização da Universidade Estadual de Londrina. É importante ressaltar a importância do protagonismo do jovem no movimento estudantil, pois é uma oportunidade de inserção e exercício político além do ingresso na universidade. De acordo com Foracchi (1972):

Abrem-se horizontes de participação que são os novos pelas oportunidades que o jovem encontra de conviver com outros que compartilham dos seus problemas, envolvendo-se, na busca comum das alternativas desejadas, criando compromissos semelhantes com a condição que, no momento, define as suas vidas e que é a condição de jovem. (FORACCHI, 1972, p.74)

Esta participação estimula discussões possibilitando que o jovem reflita sobre suas ideias e as debata- as entre si, o que favorece o crescimento da sua consciência política, oportunizando transformações dentro da universidade e em sua vida na sociedade. A organização em caráter nacional do movimento estudantil se dá através da União Brasileira dos Estudantes (UNE), fundada em 11 de agosto de 1937, ela é um dos órgãos responsáveis para representar os estudantes brasileiros. Segundo Araújo (2007):

A UNE foi uma entidade de caráter social e político que reunia um grande número de estudantes, pertencentes a diferentes grupos com diversas tendências políticas e ideológicas. E cada um desses grupos possui uma versão ímpar da trajetória da entidade (ARAUJO, 2007, p. 21).

A UNE surge em um período no qual se dava o início da Segunda Guerra Mundial e teve um papel importante durante os conflitos que surgiram no Brasil. Um marco histórico que teve a participação do movimento estudantil foi o período de ditadura militar que ocorreu em 1964 a 1985, que se caracterizou como época de grande repressão aos que eram contra esse modelo de governo, fazendo com que houvesse repressão, perseguição política, assassinatos e privação dos direitos constitucionais. Este período também marca a censura e a punição aos estudantes. Uma das medidas para fiscalizar o movimento estudantil foi a elaboração da lei nº 4.464, conhecida como Lei Suplicy Lacerda, que determina:

[...] a substituição da UNE pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) pelos Diretórios Estaduais Estudantis (DEE), dos Centros Acadêmicos pelos Diretórios Acadêmicos. A lei interferia na autonomia das entidades, submetendo-as diretamente às autoridades acadêmicas e ao estado. (PELEGRINI, 1997, p.124)

Com essa Lei, os estudantes se manteriam sob o olhar do governo, sendo controlados pelos militares que evitariam assim qualquer manifestação ou esquema contra os ditadores, destruindo assim toda liberdade e relevância do movimento. Na área educacional o regime militar efetuou um acordo entre a United States Agency for International Development (USAID) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), conhecido como acordo MEC- USAID, e tinha como finalidade promover a reestruturação de todos os níveis de ensino brasileiro. Pelegrini (1997) relata que

A análise integral do primeiro acordo MEC-USAID, referente à assessoria para modernização da administração universitária, leva- nos a confirmar a existência da mentalidade empresarialista e a pretensão, por parte do órgão

norte americano, de envolver a educação brasileira em todos os níveis. As recomendações incidem no funcionamento da estrutura administrativa, no planejamento de cursos, no treinamento de professores e técnicos, além de interferir no conteúdo geral dos cursos, através do controle das publicações e da distribuição de livros didáticos - na sua maioria, de autores americanos (PELEGRINI, 1997, p. 108).

O regime militar tinha como pressuposto que o desenvolvimento educacional seria essencial para alavancar o desenvolvimento econômico do país naquele momento. Este acordo não era apoiado pelos estudantes, pois eles não defendiam que o EUA interferisse na educação brasileira, especialmente na educação superior, pois compreenderam que este acordo tinha uma ligação com o tecnicismo educacional acompanhado da Teoria do Capital Humano.

Com essas mudanças, realizaram-se alterações no ensino superior a partir da Lei 5.540/68, que de acordo com Paula (2009) esta reforma proporcionou maior acesso ao ensino superior especialmente em rede privada; fim da cátedra; fomento a união entre o setor produtivo e universidade; instauração do vestibular consolidado dos cursos de curta duração, sendo a matrícula feita por disciplinas tencionando a racionalização; extensão universitária. Com base nessas modificações, a construção do campus se dava de maneira afastada e com centros distantes e com departamentos divididos por áreas de conhecimento.

Neste mesmo período surge o movimento estudantil dentro da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que também enfrentava a repressão do governo ditatorial, mas que tinha como instrumento de comunicação e divulgação dos fatos ocorridos dentro da universidade o jornal Poeira. Caobianco (2007) descreve que em:

Em março de 1974 circulava o primeiro número do Jornal Poeira. Já nasceu combativo, criticando o veto do Prefeito do MDB ao projeto de passe universitário para o transporte coletivo e a política educacional anunciada pelo Ministro da Educação Ney Braga. O segundo número denunciou a articulação da Reitoria para criar um código disciplinar que seria um complemento ao decreto 477 (CAOBIANCO, 2007, p. 51).

O Jornal Poeira foi significativo para o movimento estudantil da época, pois tinha a incumbência de relatar as atitudes da reitoria, as realizações do DCE e informar as decisões políticas desde o âmbito nacional ao municipal. Apontados algumas condutas do movimento estudantil e analisando o atual Estatuto da Universidade é possível contemplar as instancias participativas dos estudantes, que se dá através do órgão maior de representação dos estudantes que é o Diretório Central dos Estudantes (DCE):

Uma entidade independente, apartidária, laica e não deve possuir preconceitos políticos e de cor, ela é constituída por estudantes que estão regularmente matriculados na Universidade e possui um vínculo com os Centros Acadêmicos de seus cursos (UEL, 2015, p.1).

Sua atribuição é evidenciar as necessidades dos estudantes e defender seus direitos e buscar obter melhorias e soluções para a vida acadêmica. Além do DCE, há os Centros Acadêmicos (CA), que têm como atribuição ser o representante de seu curso específico, diante dos docentes e coordenadores de Departamento. O

DCE juntamente com o CA tem um trabalho conjunto para solucionar e atender as demandas estudantis. De acordo com Estatuto da UEL (capítulo 5 – art. 38):

O Conselho do Departamento será constituído por todos os docentes de Departamento, e técnicos – administrativos designados pelos respectivos Conselhos de Centros de Estudos, e pela representação discente, escolhida dentre os estudantes dos cursos de graduação e de residência e pós – graduação *stricto sensu*, quando houver, que possuem atividades acadêmicas vinculadas ao respectivo Departamento. (LONDRINA, 2004, p. 11).

A gestão do DCE também tem direito de participar de alguns órgãos dentro da universidade, como destaca o Estatuto da UEL, no capítulo V, artigo 53, no qual afirma que o conselho de administração terá representação discente com percentual de quinze por cento (15%) do número dos membros, sendo no mínimo em número de dois representantes. Essa atuação se dá em outros conselhos que no andamento da pesquisa será citado.

Dessa forma, é possível compreender que o movimento estudantil esteve presente em diversos momentos históricos no país, contribuindo para mudanças políticas como também na percepção de que é importante pensar no coletivo, buscando uma sociedade mais justa e igualitária.

No ano de 2015, não diferente de anos anteriores, a UEL atravessou uma crise financeira devido ao corte da metade de verba de custeio da universidade fora isso, foi elaborado um projeto lei que atingia o fundo previdenciário do funcionalismo público do Paraná. SegundoSilvae Bernartt (2014):

O episódio que culminou em tortura coletiva aconteceu quando os docentes grevistas reivindicavam uma nova rodada de negociações com o governo para discutir a data-base. Eles reivindicavam como grande parte dos docentes em greve em outros estados brasileiros, um reajuste de 84%, baseado no IPCA (índice oficial de preços, nos últimos 12 meses - embora o estado só ofereça 5,4 %6. O massacre aos professores ocorreu no momento em que estava em votação o PL 024/2015, conhecido como “pacotaço”, projeto de lei que resulta em cortes de benefícios do funcionalismo público, alterações na previdência estadual, dentre outras mudanças. A proposta obteve aprovação com 31 votos contra 20. (SILVA; BERNARTT. 2014 p. 9).

Em virtude dessas ocorrências foi desencadeada greve de professores, servidores e estudantes. No dia 29 de abril, foi o dia da votação do “pacotaço” e foi marcado pelo uso de força policial, bombas de gás lacrimogênio lançados a professores e estudantes que estavam reunidos em frente à ALEP, lutando por seus direitos e acabaram sofrendo com a truculência policial ordenado pelo governador. Esse acontecimento fez reaparecer o movimento estudantil na UEL, que estava esquecido, mas que durante essa greve teve um papel muito importante na luta e nas conquistas ao fim da greve.

Referências

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

CAOBIANCO, Renata Maria. **Movimento estudantil na UEL – 1971/1984**. Londrina: EDUEL, 2007.

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira (Ed. da Universidade de São Paulo), 1972.

LONDRINA. **Estatuto da Universidade Estadual de Londrina**, 2004. Disponível em: < <http://www.uel.br/proplan/portal/pages/diretoria-administrativo/legislacoes-dael.php>> Acesso em: 22 julho. 2016.

MARTINS, Fernanda de Souza. **Movimento Estudantil: perspectivas históricas e participação política na gestão da Universidade Estadual de Londrina**. 2015. p.49. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2015.

PAULA, Maria de Fátima. **A formação universitária no Brasil: concepções e influências**. Revista Avaliação (Campinas) [online]. 2009, vol.14, n.1, pp. 71-84. ISSN 1414-4077. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772009000100005>>.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil**. Londrina: EDUEL, 1997.

SILVA, Maurício. R. BERNARTT, Maria.L. Manifesto: Violência contra os professores na greve do Paraná: “para não esquecer” “quando se fere um professor”. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 16, n.32, p. 07-21, jul./dez. 2014.

UEL. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Diretório central dos estudantes**. Disponível em: <<http://www.uel.br/dce/portal>>. Acesso em: 22 julho. 2016.